

Minutas #73

Reunião do Comitê Executivo

8 de junho de 2010, Clube Transatlântico, São Paulo, Brasil

Minutas elaboradas por: Delfina O'Grady

Representantes do Grupo da Indústria: 4 membros presentes de 5.

Guillermo Prone (ACSOJA), Chris Wells (Santander), Jan Nicolai (Nutreco), e Jan Kees Vis (Unilever)

Representantes do Grupo de Produtores: 3 membros presentes de 5.

Alvara Dilli (SLC), João Shimada (Grupo Maggi). Voto por Representação: Silvia Camacho (Fundacion MT) delegou seu voto em João Shimada.

Representantes do Grupo da Sociedade Civil: 5 membros presentes de 5.

Cássio Franco Moreira (WWF), Jeroen Douglas (Solidaridad), Caio Magri (Ethos), Ashis Mondal (ASA). Voto por Representação: Yan Speranza (Fundacion Moises Bertoni) delegou seu voto em Jeroen Douglas.

Secretariado da RTRS: Miguel Hernández, Cecilia Gabutti, Mariana Seghezze e Delfina O'Grady.

1. Abertura - Jeroen Douglas, Presidente da RTRS e quem preside a reunião do CE.

É aberta a reunião e se confirma o quórum.

2. Aprovação das Minutas.

Foi solicitado trocar a palavra “soberano” por “independente” na página 3.

Não se realizou a apresentação do PSA nesta reunião. João, Alvaro e Cássio farão esta apresentação na próxima reunião do CE. WWF contratará um especialista em PSA que poderia ajudar nesta tarefa. O secretariado deverá realizar o seguimento deste tema.

O Grupo de Trabalho de Biocombustíveis ainda deve solicitar o reconhecimento da RTRS como esquema voluntário EU-RED.

Não se criou o comitê de reclamações.

Conclusão: Foram aprovadas as Minutas #72.

3. Hierarquia de documentos que devem ser aprovados pelo CE e a AG.

DOCUMENTO	DEVE SER APROVADO POR	EXPLICAÇÃO
Princípios e Critérios aprovados pelo Comitê Executivo	Assembleia Geral	Artigo 11. 3 do regulamento da RTRS
Anexos dos princípios e critérios aprovados pelo Comitê Executivo	Assembleia Geral	Artigo 11. 3 do regulamento da

		RTRS
Reformas aos estatutos	Assembleia Geral	Artigo 11. 3 do regulamento da RTRS
Relatório anual de auditoria da Associação	Assembleia Geral	Artigo 11. 3 do regulamento da RTRS
Novas taxas para membros propostas pelo Comitê Executivo	Assembleia Geral	Artigo 11. 3 do regulamento da RTRS
Sistema de verificação e outros elementos do esquema de certificação da RTRS	Comitê Executivo	Artigo 16. 3 do regulamento da RTRS

Explicou-se que o Comitê Executivo, e não necessariamente a Assembleia Geral, deveria aprovar um anexo devido a que ele não se encontra no mesmo nível que o padrão porque trata sobre um tema específico e não interfere com o padrão.

Conclusão: Um anexo não tem que ser aprovado pela Assembleia Geral visto que o anexo se considera voluntário e adicional ao padrão da RTRS.

4. Documento sobre membros: prós e contras e comparação com outros esquemas de certificação.

Alguns comentários manifestados pelo Comitê:

- Contar com muitos membros poderia obstaculizar o quórum da Assembleia Geral.
- Guillermo Prone e Alvaro Dilli concordam em fazer com que os produtores se associem para poder obter a certificação. Alvaro Dilli assinala que não será justo conceder os mesmos benefícios aos produtores membros e aos não membros.
- Os produtores não deveriam ter que ser membros para obter a certificação.
- Aponta-se que ser um membro da RTRS está relacionado com o código de conduta, o padrão, a possibilidade de participar na Assembleia Geral e um alto grau de compromisso. Ser membro e obter a certificação se encontram em dois níveis diferentes de compromisso com a RTRS.
- Se alguém utilizasse nosso padrão, a RTRS poderia cobrar-lhe a que o usasse.
- É sugerido criar outra categoria para este nível de compromisso destes usuários de nosso padrão e de nossa marca. Poderiam ser chamados de “membros associados”.
- A Assembleia Geral deveria aprovar esta nova categoria (seria suficiente um voto por correio eletrônico, devido a que modifica os regulamentos, mas não os estatutos).
- O secretariado teria que desenvolver um novo documento com relação a esta categoria e às vantagens de ser membros totais ou membros associados.

Conclusão: O secretariado desenvolverá o documento relacionado com esta nova categoria de membros para ser debatido na próxima teleconferência.

5. Modelo de Negócio

Jan Nicolai e Cecilia Gabutti apresentam uma nova proposta sobre os passos a seguir para a RTRS.

A RTRS deveria organizar-se num sistema coerente.

Competência principal da RTRS:

1. Membros: admin. & finanças e comunicação.
2. Desenhar e organizar o processo de definição de múltiplas partes interessadas para a produção de soja sustentável.
3. Assegurar a integridade da marca RTRS (isto é, reclamações, comunicação, mecanismo de auditoria, queixas e reclamações).
4. Modelo de receitas.
5. Apoio a produtores.

Além destas competências básicas que se devem desenvolver, implementar e dirigir na RTRS, existem outras atividades que poderia desenvolver, implementar e dirigir um terceiro provedor de serviços. Visando a terceirizar estas outras atividades, é necessária uma Gestão de Acordos de Nível de Serviços na RTRS. Algumas atividades que se podem terceirizar: aprovação e credenciamento da Entidade de Certificação para os P&C, aprovação e credenciamento da Entidade de Certificação para o padrão da Cadeia de Custódia, Registro Central de Certificações e Plataforma para a Comercialização de Certificados. Ao terceirizar, a RTRS não perde o controle.

Possíveis modelos de receitas: quotas de membros, taxa por licença de marca, subscrição ao sistema, volumes comercializados, aprovação da Entidade de Certificação e capacitação da Entidade de Certificação.

Enfoque para a cadeia de custódia de abastecimento e comercialização de certificados:

Deveria existir um Registro Central de Certificações e um sistema de Comercialização de Certificados que troquem dados. Os produtores, quando obtiverem a certificação, terão duas opções: vender certificados ou vender soja certificada conforme o modelo de balanço de massa ou o modelo de segregação. A venda de certificados deveria ser registrada no sistema de Comercialização de Certificados. A venda de soja certificada deveria ser registrada no Registro Central de Certificações. O Registro Central de Certificações e o sistema de Comercialização de Certificados deveriam trocar dados.

Cinco pontos fundamentais que teriam que ser desenvolvidos dentro dos próximos 5 meses: Aprovação e Credenciamento da Entidade de Certificação (P&C), Aprovação e Credenciamento da Entidade de Certificação (CdeC), o Registro Central de Certificações, e os modelos de Comercialização de Certificados e de Receitas. Os quatro primeiros poderiam ser fornecidos por provedores de serviços depois de estabelecer um ANS.

Apesar de que o Comitê Executivo tomará a decisão estratégica, sugere-se a criação de um comitê de direção formado por membros do CE, membros do secretariado e pessoas chave nos diferentes

Round Table on Responsible Soy Association

pontos fundamentais visando a salvaguardar o processo e o progresso. O programa poderia ser coordenado pelo secretariado e um facilitador poderia ajudar em algumas atividades. Jan Nicolai sugere levar em consideração Marrit Rooda (Newforesight) para este posto.

Comentários do Comitê:

O ponto fundamental mais importante é o modelo de receitas e o Comitê Executivo deveria analisar as opções de receitas:

- A quota de membros é importante.
- Embora se indique que deveria ser obrigatória uma taxa para as Entidades de Certificação com o fim de evitar ter demasiadas Entidades de Certificação em todos os países, também se destaca que a RTRS deveria permitir que o mercado determine a quantidade de Entidades de Certificação. Nesta mesma linha de pensamento, a RTRS não estabelecerá um prêmio; o mercado pagará o que for necessário para obter soja certificada.
- A RTRS deveria ter um plano de negócio que calcule nossas despesas operacionais bem como nossas receitas relacionadas com as quotas de membros, a comercialização de certificados, volumes comercializados, e a aprovação da Entidade de Certificação. Em algumas iniciativas, cobra-se da Entidade de Certificação e ela cobra do produtor conforme o volume certificado.

-O Registro Central de Certificações e o sistema de Comercialização de Certificados deveriam estar prontos antes da próxima temporada de cultivos. O sistema deveria fazer suas primeiras tentativas em dois ou três meses.

Conclusão: é aprovada a proposta de Jan Nicolai e Cecilia Gabutti. Apesar disso, o Comitê Executivo debaterá esta proposta novamente em sua próxima reunião.

6. Criação do grupo de trabalho sobre Não-GM

Cassio Franco Moreira será quem presidirá este grupo de trabalho e Ashis Mondal será a porta-voz.

O trabalho deste grupo estará alinhado com o padrão da RTRS; só se referirá à cadeia de abastecimento para soja Não-GM e o resultado se transformará num anexo do padrão da cadeia de custódia.

Devido a que o grupo manterá reuniões virtuais, é necessário criar um rascunho para iniciar o debate.

O Secretário Executivo, Miguel Hernández, participará deste grupo.

Conclusão: O CE decidiu implementar um grupo de trabalho para criar um anexo do Padrão da cadeia de custódia sobre Não-GM.

7. Outras questões e encerramento

Round Table on Responsible Soy Association

- A- Na versão em inglês dos Princípios e Critérios da RTRS, falta o verdadeiro ponto B do indicador 4.4.1.2. Este ponto não falta nas versões dos outros dois idiomas. Sugere-se acrescentar o ponto que falta e esclarecer isto durante a Assembleia Geral. Proforest poderia explicar o erro.
- B- Carta de uma ONG.
O Comitê considera que a ONG será menos crítica depois de ler o Novo Critério 4.4.
A RTRS não responderá a estas críticas diretamente.
- C- O Comitê Executivo da RTRS agradece a Guillermo Terol, de DAP, pelo trabalho realizado nos últimos anos.

Lista de coisas para fazer

Atividade #	Que	Quem	Quando
1	Documento sobre nova categoria “membros associados”.	O secretariado	Próxima teleconf. do CE